

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALÉM DA ESCOLA: UM PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO E CIDADANIA

Júlia Vasconcelos Barros ¹
Beatriz Santos de Oliveira ²
Gleice Aline Miranda da Paixão ³
Shirleide Pereira da Silva Cruz ⁴

RESUMO

O presente trabalho discute a educação inclusiva no espaço educativo em suas dimensões sociais e educativas. Foi realizada análise das diversas legislações que constituem a educação brasileira, a fim de entender questões históricas e sociais que nortearam a implementação da educação inclusiva nas escolas. Assim, o objetivo do artigo é abordar os impactos e a importância da educação inclusiva na perspectiva da construção de uma sociedade mais humanizada, justa, igualitária e cidadã. Por meio de estudo bibliográfico de abordagem qualitativa e pela observação participativa realizada por estudantes de graduação integrantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto Pedagogia, relaciona-se a legislação com as práticas observadas na escola. Analisam-se as ações praticadas na instituição com enfoque nas relações que se estabelecem entre os estudantes em momentos de brincadeiras livres e em atividades mediadas na sala de aula. Associam-se tais ações ao referencial teórico que compreende a educação inclusiva como um mecanismo de transformação social, rompimento das concepções capacitistas e o desenvolvimento da empatia. Com a realização da pesquisa, foi possível encontrar aspectos que indicam a importância da inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, em classes inclusivas, pois a inclusão proporciona troca de conhecimentos e aprendizagens entre as crianças, com especial fomento de empatia e [re]aloca a escola em seu papel de promotora de cidadania como instituição social.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Cidadania; Relação estudante-estudante; PIBID.

INTRODUÇÃO

Na história da educação brasileira das últimas décadas, observam-se os debates acerca da temática da educação inclusiva no ambiente escolar e seus avanços. As pessoas com deficiência passaram por um longo processo de segregação e discriminação até a inclusão ser tomada como um princípio relevante nas relações sociais e, especificamente, nas escolas. Para chegar ao contexto atual do debate e das práticas de inclusão escolar, houve inúmeras barreiras estruturais que dificultaram o processo, como um sistema escolar vigente há tempos em que se observava uma estrutura normativa excludente e limitadora para as pessoas com

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília - UnB, julia.vasconcelosbarros@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília - UnB, beatrizie@gmail.com;

³ Doutora em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar (PGPDE), Universidade de Brasília - UnB, gleice.paixao@edu.se.df.gov.br;

⁴ Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, shirleidecruz@gmail.com.

deficiência. O conceito da integração já bastava. O currículo escolar também refletia uma concepção de educação em que as disciplinas fragmentadas por conhecimento faziam uma alusão ao modo como a escola lidava com os estudantes da educação especial, os quais frequentavam apenas turmas especiais ou escolas especiais, separando-os das turmas regulares e tornando seu processo de aprendizagem e socialização limitado.

A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, percebe-se o início de um avanço no sistema educacional, a exemplo do artigo 205, que garante o direito de todos à educação com o objetivo de alcançar o desenvolvimento pessoal, servindo como preparo para exercer a cidadania e conviver em sociedade (Brasil, 1988). Com isso, a legislação abre caminho para uma ruptura na perspectiva que prevalecia anteriormente na educação e para se assegurar os direitos das pessoas com deficiência, visto que a inclusão de todos permite uma nova concepção referente às estruturas sociais.

Com esse avanço da legislação, a Constituição Federal de 1988 possibilitou a construção de novas leis que regem a educação como a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394 de 1996, que retrata o dever do Estado em garantir o atendimento ao estudante com deficiência de forma gratuita, dando prioridade ao ensino regular (Brasil, 1996). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 sancionada em julho de 2015), cujo objetivo é proporcionar a inclusão social e a cidadania de todas as pessoas com deficiência, em seu capítulo IV traz foco à educação, assegura a educação inclusiva em todas as etapas de ensino, como retrata o Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015)

Com esses progressos na legislação, a educação passou por uma transformação a partir de ações educacionais voltadas à inclusão que promovem a convivência com as diferenças, impactando numa mudança significativa nas relações sociais. Dessa forma, é imprescindível fomentar o debate acerca da temática da educação inclusiva dentro e fora das escolas, por conta de sua importância na construção de uma sociedade humanitária. Logo, é necessário programas que estimulem a pesquisa e o estudo dessas áreas, como o caso do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência a (PIBID), que permitiu a construção desse trabalho.

Com a experiência obtida durante o PIBID, os estudantes de graduação do curso de pedagogia da Universidade de Brasília (UnB) vivenciaram a realidade de uma escola pública do Distrito Federal na Região Administrativa de Taguatinga, sendo possível a integração da universidade com o ambiente escolar, juntando teoria e prática. A partir da experiência das discentes na escola foi possível observar determinados aspectos da Educação Inclusiva que motivaram a reflexão sobre a temática, bem como seu impacto na sociedade.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo abordar os efeitos e a importância da Educação Inclusiva, que promove a construção da cidadania e de uma sociedade mais humanizada, justa e igualitária, a partir da experiência vivenciada no PIBID. Acompanhando por um ano uma escola inclusiva, foi possível analisar a teoria presente nas práticas observadas. Assim, utilizaram-se referenciais teóricos como o Neto (2018) e Mantoan (2006), que tratam da educação inclusiva nas escolas; Vendramin (2019) com as perspectivas sobre o capacitismo; Oliveira (2019) que aborda sobre a competência emocional a empatia e Zuanon (2006) que retrata a intencionalidade do professor em promover uma relação inclusiva entre os estudantes.

METODOLOGIA

A pesquisa se caracterizou por uma natureza qualitativa, visando observar e analisar fatos e registros proporcionados pela participação das autoras no PIBID, programa que possibilita a inserção de estudantes de licenciaturas no ambiente escolar. A abordagem qualitativa oportuniza a reflexão sobre as expectativas inerentes ao meio escolar, com o objetivo de relacionar os fatores reais com teses utilizadas nos referenciais teóricos. Assim, a observação participativa complementa o estudo bibliográfico para uma melhor consolidação dos resultados.

A observação aconteceu em uma escola situada na região administrativa de Taguatinga, do Distrito Federal (DF), integrando um dos três núcleos participantes do PIBID de Pedagogia da Universidade de Brasília. A escola atende estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, compreendendo 46 turmas sendo: 04 Classes Especiais consideradas pré-inclusivas, compostas exclusivamente de estudantes com deficiência; 36 classes de Integração Inversa (classes inclusivas com redução especial do quantitativo de estudantes); e 06 Classes Comuns Inclusivas com redução de estudantes matriculados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva é o paradigma educacional que foi perseguido durante um longo tempo, como pode ser observado no histórico das convenções ocorridas em Salamanca e Jomtien, por exemplo. Foi necessário um forte engajamento da sociedade civil na construção de políticas públicas para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade e das minorias.

A grande mobilização das associações em prol dos direitos das pessoas com deficiência acabou deixando a ideia de que a educação inclusiva seria equivalente à educação especial, sendo que esta última está circunscrita ao atendimento das pessoas com deficiências e altas habilidades/superdotação no contexto educacional (BRASIL, 1996). Neste texto, mesmo conscientes de que a educação inclusiva não se restringe à educação especial, utilizaremos o foco dessa modalidade de ensino para ilustrar os processos de inclusão escolar observados por meio da participação no PIBID.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva, então, indica o atendimento equitativo de todos os estudantes, independentemente de sua condição, instituindo a previsão de atendimento educacional especializado aos que possuem necessidades educativas especiais como forma de tornar acessível o currículo da escola regular.

Ao se discutir sobre educação inclusiva, é indispensável pontuar o impacto positivo de sua influência na construção da cidadania, que consiste no “*status* daqueles que são membros de uma comunidade e são por ela reconhecidos. É, também, o conjunto de direitos e deveres que um indivíduo tem diante da sociedade da qual faz parte.” (Costa, 2018, p.47). Em razão disso, permite o contato direto com os diferentes indivíduos e assim possibilita à criança conhecer a vasta diversidade de pessoas que os cercam, fazendo-o entender, através dessa convivência, que em a sociedade atual, encontra-se pessoas que não se encaixam em um padrão normalizado pela própria sociedade. Dessa forma, provoca a construção de uma sociedade justa, mais igualitária e não violenta, tal impacto acontece através de uma transformação benéfica não apenas para alunos com deficiência, mas para toda a comunidade escolar, pois na relação entre os pares acontece uma troca de vivências e aprendizagem que possibilita o sensibilizar-se com o outro.

De acordo com Neto (2018), percebe-se a educação inclusiva não apenas como uma ferramenta para a introdução de pessoas com deficiência na sociedade, mas como um caminho para a transformação de uma sociedade humanizada.

A Educação Inclusiva é a transformação para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. (Neto, 2018, p. 86).

Com a inclusão de crianças com deficiência em turmas regulares, permite-se às outras crianças o convívio diário com a diversidade, proporcionando a elas que adquiram um olhar sensível e empático. A percepção de que as diferenças não impedem o convívio, possibilita às crianças a participação em, por exemplo, brincadeiras coletivas e atividades conjuntas, sem se prescindir da necessidade de atenção às singularidades presentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em observação na instituição de ensino, uma das bolsistas observou duas turmas de 1º ano brincando no parquinho de areia. Uma das crianças que estava no parquinho possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma outra criança, que não era da sua turma, foi brincar fazendo cócegas em seu corpo, no entanto, a criança se sentia desconfortável em relação às cócegas e, por isso, uma colega de sala percebeu a brincadeira e, conhecendo-a bem, informou à criança que estava fazendo cócegas sobre o desconforto e indicou a ela uma outra maneira com que seu colega autista se sentia confortável para brincar. Percebe-se então que uma criança, mesmo com pouca idade e experiências, consegue ter um olhar sensível para as peculiaridades das outras crianças ao seu redor. A criança que fez a intervenção não tratou com indiferença a situação, não finalizou a brincadeira, mas propôs uma nova forma, com base no conhecimento que ela tinha das características do colega. A partir dessa perspectiva, entende-se que:

Quando se trata de alunos com deficiência, é preciso compreender que o processo de aprendizagem é possível dentro de sala de aula regular e modificar o pensamento excludente de que esses alunos não são capazes de estudar, conviver e aprender com os demais. É na escola que este processo de transformação acontece de forma contínua (depois da família), é neste espaço

único que os indivíduos são capazes de assimilar conteúdos, interagir e construir conhecimentos. (Neto, 2018, p.87)

Outro registro relacionado ao brincar é de uma turma de 1º ano em que um dos estudantes com Síndrome de Down, cuja brincadeira favorita era “O mestre mandou”. Era notório como a turma sempre estava disposta a realizar essa brincadeira, normalmente deixando ele ser o principal (o mestre), assim como o incluíam em outras dinâmicas. Além disso, era visível a relação de cuidado que as crianças tinham com o aluno com deficiência e sempre estavam dispostas a ajudar a professora na assistência ao colega. Logo, se tornou evidente que essa interação propicia a empatia dos alunos, sendo um sentimento necessário para as relações sociais, como aborda Oliveira:

A empatia pode ser entendida, a partir de estudos atuais, como uma das competências emocionais relacionadas a habilidade que um indivíduo tem de se relacionar com outro indivíduo, ou seja, com o que se entende por competência emocional social. Na ausência dessa habilidade, ocorre uma ruptura de competência que compõe ou deveria compor esse indivíduo. (Oliveira, 2019, p.4)

Olhando de uma forma macro, nota-se como essa relação entre os estudantes rompe com concepções preestabelecidas formadas pela sociedade, que sugerem a incapacidade de pessoas com deficiência de realizarem tarefas que plenamente são capazes de fazer. Infelizmente, na sociedade ainda são percebidos muitos preconceitos em relação à pessoa com deficiência. O capacitismo, que se estruturou através desses estigmas, é caracterizado por ações que podem ser intencionais ou não. Como afirma Vendramin (2019, p.17), o “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes”. Essa perspectiva, além de atrasada, limita em vários aspectos o processo de cidadania de pessoas com deficiência, não oportunizando a elas condições para o desenvolvimento social, educacional, afetivo e cultural.

Dessa maneira, é imprescindível e legalmente amparada a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular, garantindo seu direito à educação e possibilitando a quebra dos paradigmas relacionados ao capacitismo, pois oportuniza a inclusão, garantindo a cidadania das crianças com deficiência e a aprendizagem e conhecimento para os demais. Logo, Neto (2018, p. 88) afirma que “quando os alunos com diversos níveis de deficiências estão numa sala inclusiva, eles podem aprender mais e melhor, assim como aos demais é dada a

oportunidade de aprendizado, compreensão, respeito e convivência com as diferenças”, contribuindo para uma mudança nas estruturas na sociedade.

Assim, depara-se com a assunção de que a relação estudante-estudante é fundamental para o desenvolvimento das relações sociais e para a desconstrução de preconceitos, no entanto, não se pode ignorar o papel do professor na mediação do processo de inclusão. Durante o período de participação nas rotinas das turmas, foi possível perceber a importância do diálogo construído pelas professoras regentes com a turma, pois o fato de conscientizar sobre as diferentes deficiências e as possíveis situações que poderiam vivenciar, permitiu às crianças entenderem com mais clareza do contexto do próximo, facilitando a relação entre pares e desmistificando o preconceito através da informação. Ademais, através do diálogo, a professora elaborava combinados com a turma que estimulava a participação de todos. Nas brincadeiras no parquinho todos deveriam estar envolvidos e caso isso não acontecesse, a professora lembrava as crianças do compromisso feito. Esse exemplo de conscientização e de retomada dos combinados, a partir da intencionalidade do professor, tornou a inclusão nas brincadeiras algo comum, não sendo mais visto como uma tarefa obrigatória para a turma, mas, sim, um momento de diversão para todos.

Seguindo o mesmo caminho, em uma turma de 5º ano havia quatro estudantes com deficiência: dois com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), um com Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC) e outro com Transtorno do Déficit de Atenção (TDAH). A professora regente proporcionou a sua turma a mudança de entendimento, passando à compreensão do ato de ajudar não mais como uma obrigação. Desde o início do ano, orientou os estudantes da classe auxiliarem os colegas nas tarefas simples vivenciadas diariamente como, por exemplo, acompanhar os colegas ao bebedouro para não irem desacompanhados. Algumas crianças não se disponibilizaram a participar inicialmente, mas no decorrer das semanas, começaram a se voluntariar para ajudar.

Logo, é imprescindível a intencionalidade do professor em querer promover um espaço inclusivo, que quebre com os preconceitos, assim como assevera Zuanon (2020):

Portanto, é imperativo ressaltar que, na medida em que os alunos interagem, ocorre evolução de significados sendo estes compartilhados. No entanto, quando inserimos a figura do professor nessa interação, estamos partindo do pressuposto de que determinada estratégia de ensino pode propiciar descentralização de opiniões, implicando, também, em desenvolvimento potencial, expressão de suas emoções, sobretudo reduzindo a desigualdade, conduzindo ruptura na hierarquia do grupo de maneira que percebem no comportamento de seus pares, uma evolução sadia para a sociabilidade. (Zuanon, 2006, p.18-19)

A promoção da educação inclusiva é uma interferência positiva para o meio social, pois, além de promover uma democratização do espaço e dos conhecimentos oferecidos na escola, há o rompimento das perspectivas constituídas na estrutura na sociedade, o preconceito e a discriminação.

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos. (Mantoan, p.30, 2006)

Pode-se entender a educação inclusiva como uma ação educacional democrática que oferece inúmeros benefícios para todo o sistema escolar, como também para a sociedade. Compreende-se que incluir um aluno com deficiência em uma escola regular não pode ser algo tido como um fardo para o professor e demais alunos. O estigma comum na sociedade, este sim, é extremamente prejudicial para aqueles que precisam ser incluídos, proporcionando-lhes meios de participar ativamente da comunidade, exercendo sua cidadania. Conforme Mantoan (2006) expressa:

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença. (Mantoan, 2006, p.20)

A partir dessa percepção, nota-se o desenvolvimento e aquisição de novas aprendizagens nas crianças não deficientes quando há no processo convivência com crianças com deficiência, em razão desse ambiente interromper tais estigmas que cercam pessoas com deficiências. Durante o convívio, as crianças conseguem compreender de forma simples o significado de empatia e humanização, seja pelo fato de chamar um colega para participar das brincadeiras ou ajudar a realizar as tarefas em sala de aula. A convivência traz para a criança uma nova compreensão do mundo, no qual seus interesses não são os únicos que importam, pois, ao entrar na escola, ela percebe que existe um coletivo de diversidade humana, mas também que possuem os mesmos direitos e deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os aspectos apresentados, a escola se mostra como uma instituição que influencia o indivíduo e o prepara para a sociedade e para a cidadania. Desse modo, a inclusão de todos é fundamental para a garantia dos direitos e o reconhecimento de tais na comunidade, como parte da cidadania, conforme afirma Costa (2018).

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que a escola deve ser um espaço acolhedor e seguro, que garanta o acesso e a permanência com qualidade em uma educação para todos os estudantes. Assim, o ambiente escolar torna-se um espaço de troca de conhecimentos e aprendizagem entre discentes, promovendo o identificar e sensibilizar-se com o outro, construindo o sentimento de empatia. Dessa maneira, a educação inclusiva no ambiente escolar é essencial para que haja o rompimento das crenças e preconceitos que ainda estão constituídos nas estruturas da sociedade.

Cabe ressaltar, a importância do professor nesse processo. Com a participação no PIBID, foi possível entender de forma mais intrínseca a atuação necessária de mediação do educador ao trabalhar com turmas inclusivas. Nota-se a importância de um olhar sensível para as diversas situações que irão aparecer ao longo da jornada de trabalho, pois apenas a integração não se prova suficiente para fazer a diferença, o professor deve compreender que suas práticas consolidam as estruturas para um espaço de inclusão.

Portanto, deve-se reconhecer que além da família, a escola é uma das primeiras instituições que incide no desenvolvimento dos estudantes. Ela deve, portanto, promover ações a favor da inclusão, a fim de formar cidadãos que possibilitem a construção de uma sociedade justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, a quem agradecemos a oportunidade de participar do PIBID, programa que potencializou nossa aprendizagem e permitiu novas experiências para a formação, possibilitando também a construção desse trabalho. Ademais, reconhecemos a Universidade de Brasília (UnB) como a instituição que possibilitou trilhar os caminhos do saber, a partir das teorias e práticas, que trouxeram conhecimentos significativos para nossa formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Lei Brasileira de Inclusão n° 13.146**, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.portalabel.org.br/images/pdfs/lei-brasileira.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 8 jan. 2025.

COSTA, M.I.S., and IANNI, A.M.Z. O conceito de cidadania. In: Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: **Editora UFABC**, 2018, p. 43-73. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. 7. ed. São Paulo: **Summus Editorial**, 2006. p.20-30 Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2025

NETO, Antenor; ÁVILA, Éverton; SALE, Tamara; AMORIM, Simone; NUNES, Andréa; SANTOS, Vera. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, vol. 31, núm. 60, P.81-92, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313154906008>>. Acesso em: 8 jan. 2025

OLIVEIRA, Natasha Cristina de; BANDEIRA, Simone; PITANGA, Artur Vandré. O conceito de empatia sob a perspectiva da psicologia contemporânea. **Repositório Institucional AEE**, 2019. Disponível em:<<http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/8140>>. Acesso em: 10 jan. 2025

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. **Simpósio Internacional repensando mitos contemporâneos**, v. 2, P. 16-25, 2019. Disponível em:<https://eadeje.tse.jus.br/pluginfile.php/176765/mod_resource/content/1/Capacitismo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025

ZUANON, Átina Clemente Alves. O processo ensino–aprendizagem na perspectiva das relações entre: professor-aluno, aluno-conteúdo e aluno-aluno. **Revista ponto de vista**, v. 3, n. 1, p. 13-24, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/9739/5367>>. Acesso em: 8 jan. 2025

